



As três tipologias políticas do desenvolvimento-dependente na América Latina: contribuições para um debate contemporâneo

Bernardo Salgado Rodrigues¹

Resumo

Na América Latina, a literatura científica da temática do desenvolvimento surge num contexto específico nos anos 1950 e 1960, como crítica da teoria da modernização. Nessa abordagem, as economias latino-americanas não eram capazes de reproduzir um sistema econômico autônomo e um capitalismo de bem-estar social, incorporando-se à dinâmica do sistema capitalista global a partir de limitações estruturais que ocasionavam a dependência econômica e política na economia internacional. Neste sentido, o presente artigo busca formalizar as principais ideias das três vertentes do desenvolvimento-dependente (cepalino, marxista e associado), visando uma ulterior discussão contemporânea, a partir do método histórico-dedutivo. A hipótese central é de que as formulações propostas em meados dos anos 1960 ainda possuem originalidade e contemporaneidade, servindo de arcabouço teórico para a compreensão e transformação da realidade política latino-americana.

Palavras chave: Desenvolvimento e dependência, Política internacional, Economia política, América Latina.

Las tres tipologías políticas de los dependientes del desarrollo en América Latina: contribuciones a un debate contemporáneo

Resumen

En América Latina, la literatura científica sobre temas de desarrollo surge en un contexto específico en los años 50 y 60, como una crítica de la teoría de la modernización. En este enfoque, las economías latinoamericanas no pudieron reproducir un sistema económico autónomo y un capitalismo de bienestar social, incorporándose a la dinámica del sistema capitalista global basado en limitaciones estructurales que causaron dependencia económica y política de la economía internacional. En este sentido, este artículo busca formalizar las ideas principales de los tres aspectos de desarrollo dependiente (cepalino, marxista y asociado), apuntando a una discusión contemporánea adicional, basada en el método histórico-deductivo. La hipótesis central es que las formulaciones propuestas a mediados de la década de 1960 todavía tienen

¹ Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ-PEPI (2020). Mestre em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ-PEPI (2015). Possui graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ-FCE (2015). Possui graduação em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ-IFCS (2012). É autor do livro Geopolítica dos recursos naturais estratégicos sul-americanos (2016). Atualmente é professor substituto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ), integrante do Laboratório de Estudos de Hegemonia e Contrahegemonia (LEHC-UFRJ) e do Grupo de Trabalho "China y el Mapa del Poder Mundial" do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). bernardosalgado90@gmail.com

originalidad y contemporaneidad, y sirven como marco teórico para la comprensión y transformación de la realidad política latinoamericana.

Palabras clave: Desarrollo y dependencia, Política internacional, Economía política, América Latina.

The three political typologies of dependent development in Latin America: contributions to a contemporary debate

Summary

In Latin America, the scientific literature on development issues emerges in a specific context in the 1950s and 1960s, as a critique of modernization theory. In this approach, Latin American economies were unable to reproduce an autonomous economic system and social welfare capitalism, incorporating themselves into the dynamics of the global capitalist system based on structural limitations that caused economic and political dependence on the international economy. In this sense, this article seeks to formalize the main ideas of the three sides of development-dependent (ECLAC, Marxist and Associated), aiming at a further contemporary discussion, based on the historical-deductive method. The central hypothesis is that the formulations proposed in the mid-1960s still have originality and contemporaneity, serving as a theoretical framework for understanding and transforming Latin American political reality.

Key words: Development and dependency; International politics; Political economy; Latin America.

Introdução

A realização de um debate acerca do desenvolvimento pode ser considerada como uma das tarefas mais complexas no ramo da ciência política e da economia política, tal é a multiplicidade de adjetivos, definições e contradições que o termo carrega consigo. Ao longo da história, é constatada uma própria evolução do seu sentido. Ao considerar sua definição etimológica, des-envolver significaria o rompimento do que está oculto, vir a conhecer algo que está envolvido. No período medieval, o termo se relacionava como algo cíclico, que possuía, inexoravelmente, um início, meio e fim. Com o advento do positivismo, adquire uma conotação de progresso sistemático, de superação constante, um sinônimo de crescimento, progresso, avanço e prosperidade.

Na América Latina, a literatura científica da temática do desenvolvimento surge num contexto específico nos anos 1950 e 1960, como crítica da teoria da modernização, ou "teoria do desenvolvimento", de abordagem sociológica nos Estados Unidos (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.19), que visava localizar os obstáculos à implantação da modernidade para toda e qualquer sociedade, cuja "característica principal desta literatura era a de conceber o desen-

volvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna”. (SANTOS, 2000, pp.15-16)

Desta feita, para estes e demais autores críticos a essa abordagem do desenvolvimento nos países periféricos, há uma perda de sua relevância devido à incapacidade de reprodução do capitalismo de bem-estar social exógeno aos países centrais, limitando a periferia através de sua dependência econômica e política na economia internacional. Deste modo, tendo como eixos centrais a caracterização específica do capitalismo na América Latina, foi presenciada uma etapa de volumosa produção intelectual de 1950 a 1970, sendo o trabalho de Andre Gun-der Frank (1973, pp.24-26), "*O desenvolvimento do subdesenvolvimento*", um marco fundador da interpretação da dependência (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.30).

Diversos autores se defrontaram com o debate intelectual do desenvolvimento e da dependência na América Latina, propondo inclusive distintas caracterizações e subdivisões². O presente artigo não objetiva adentrar no debate das distintas correntes entre si, tema de vasta literatura especializada. A partir do método histórico-dedutivo, busca-se formalizar as principais ideias das três vertentes do desenvolvimento-dependente (cepalino, marxista e associado), visando uma ulterior discussão contemporânea. A hipótese central é de que as formulações propostas em meados dos anos 1960 ainda possuem originalidade e contemporaneidade, servindo de arcabouço teórico para a compreensão e transformação da realidade política latino-americana.

1. Desenvolvimento-dependente cepalino

O desenvolvimento-dependente cepalino teve como arcabouço teórico fundamental o estruturalismo, ou nacional-desenvolvimentismo (MARTINS, 2011, p.217), cuja abordagem histórico-estrutural da concepção do sistema centro-periferia teve em Raul Prebisch e Celso

² Como sugerem Martins e Valencia (2001, p.116), o apropriado seria ponderar as teorias da dependência referindo-se às distintas articulações metodológicas e conceituais que foram estabelecidas na interpretação do objeto. Um dos pensadores relevantes acerca do dilema desenvolvimento e dependência foi Fernando Henrique Cardoso (1993, pp.82-83), afirmando constatar três vertentes distintas, que contribuíram para ressurgir a noção de dependência. Outro autor clássico do pensamento dependentista que buscou sistematizar as ideias centrais das distintas escolas foi Theotônio dos Santos (2000, pp.26-27), distinguindo-as novamente em uma tríade: uma relacionada à crítica estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), outra neo-marxista, concentrada no Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO), e uma terceira corrente marxista ortodoxa. Na visão de Bresser Pereira (2010, pp.31-41), renegando o status de teoria ao debate da dependência (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.31), afirma que as correntes diferem em termos de duas divisões ideológicas (esquerda versus direita e nacionalismo versus cosmopolitismo), constatando três interpretações: super-exploração capitalista, dependência associada e contradição nacional-dependente. Já Amorim (2012, pp.93-143) realiza uma abordagem da dependência a partir dos neomarxistas, cepalinos e da dominação de classe.

Furtado seus maiores representantes. Ao atrelar o tema do desenvolvimento e da dependência, ambos autores buscavam superar a condição periférica a partir da sua inserção na economia internacional, com que “mudar essa relação exige um conjunto de decisões e apoios políticos que necessariamente resgatem o endógeno no desenvolvimento, enquanto se orientam para superar as assimetrias.” (RODRÍGUEZ, 2006, p.57)

Não se tratava de comparar o subdesenvolvimento periférico com a história pretérita das economias centrais. Para os autores cepalinos, o desenvolvimento nas condições da periferia latino-americana não seria uma "etapa" de um processo universal de desenvolvimento - como era, por exemplo, em Rostow (1956) - mas um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar-se sequências e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento cêntrico. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.22)

Historicamente, a divisão da economia mundial em centros industriais e periferias primárias foi fruto da inequidade da difusão do progresso técnico, com as consequentes diferenças no crescimento da renda e no estabelecimento de um intercâmbio desigual. Tal distribuição econômica mundial era defendida pela esquematização ortodoxa exógena, e fora refutada pela análise iniciada com a equipe da Secretaria Executiva da CEPAL, sob a orientação de Raúl Prebisch, mais especificamente em seu trabalho de 1949, “*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*”. Assim, fora colocado em termos originais o problema da dependência externa, do papel da industrialização e da substituição de importações no quadro do desenvolvimento regional. (FURTADO, 1970, p.222) Essa cisão, na visão estruturalista, ocasionou três fatores fundamentais para a denominada “teoria do subdesenvolvimento”: desequilíbrio externo, subemprego estrutural e deterioração dos termos de troca.

Raúl Prebisch foi assertivo no debate da deterioração dos termos de troca ao observar as diferenças das estruturas econômicas do centro e da periferia do sistema. Para ele, os ganhos de produtividade eram internalizados no centro pela via comercial (PREBISCH, 2011, p.97), devido às suas características estruturais e, em contrapartida, externalizados na periferia, cujos ganhos de produtividade eram transferidos ao centro através da queda dos preços dos produtos primários exportados e da discrepância entre as relações salariais.

O centro fica em melhores condições de reter os lucros do aumento geral de sua produtividade porque nele não ocorre, como na periferia, a necessidade de o excedente de mão-de-obra ser absorvido em ocupações de produtividade mais baixa, em detrimento do nível salarial. Em outras palavras, a melhora geral da produtividade reflete-se inteiramente no aumento dos salários no centro, ao passo que na periferia uma parte dessa melhora é transferida, por meio da

queda dos preços de exportação e da correspondente deterioração na relação de preços do comércio. (PREBISCH, 2011, p.331)

Esse pensamento contradizia e rompia com a proposta clássica da teoria das vantagens comparativas ricardiana, em que a especialização nos produtos primários por parte dos países periféricos e de produtos industrializados pelo centro, agregado ao livre-comércio, promoveriam uma homogeneização entre os níveis de renda e progresso dos países. Para os cepalinos, o erro crasso das teses clássicas do comércio internacional seria a postulação de que “a especialização produtiva em bens sobre os quais se tinham vantagens comparativas propiciaria o desenvolvimento das nações que participavam nessas relações comerciais.” (OSORIO, 2009, p.169)

Desta maneira, para a concepção estruturalista, industrialização é a fonte de superação das raízes do subdesenvolvimento periférico. Por meio de políticas de substituição de importações – cujo aumento da produção interna e diminuição das importações de manufaturados elevariam a participação no comércio internacional com bens de maior valor agregado, alinhados com o Estado planejador e coordenador – seria possível o aumento da geração de bens de maior elasticidade-renda e redução do coeficiente de importações. (PREBISCH, 2011, p.139; 321) Em outros termos, a industrialização era peça-chave para o processo de ruptura da dependência e alavancagem do desenvolvimento na região; “era uma condição para o crescimento porque o valor agregado *per capita* é maior nas indústrias de transformação, na medida em que elas exigem mão-de-obra mais qualificada do que a agricultura ou a mineração”. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.22); “ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas.” (PREBISCH, 2000, p.72)

Na visão de Celso Furtado, o desenvolvimento dos países latino-americanos era situado numa estrutura de dependência externa desde a sua formação histórica no período pós-independência no século XIX. Logo, o subdesenvolvimento possuiria suas raízes no processo interno de exploração e no processo externo de dependência (FURTADO, 1996, p.69); “não era apenas um atraso ou uma etapa do desenvolvimento, mas a consequência da subordinação política da periferia ao centro.” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.27) Logo,

O sistema de divisão internacional do trabalho, que permitiu aos países latino-americanos iniciarem o seu desenvolvimento no século XIX, criava relações assimétricas que se traduziam em uma estreita dependência dos países exportadores de matérias-primas para com os centros industrializados. O desenvolvimento das relações econômicas internacionais não se fazia apenas sob a forma de crescente intercâmbio entre as diversas nações, mas também mediante a criação de pólos de comando que detinham o controle dos fluxos financeiros.

ros; que orientavam as transferências internacionais de capitais; que financiavam estoques estratégicos de produtos exportáveis; que interferiam na formação dos preços, etc. (...) Tratava-se, portanto, de uma forma de dependência que decorria da própria estrutura da economia mundial. (FURTADO, 1970, p.221)

A própria participação da região no comércio internacional tenderia a ser decrescente, uma vez que “a significação dos produtos primários vem diminuindo e tende a diminuir cada vez mais no quadro da economia mundial e, mais particularmente, no do comércio internacional” (FURTADO, 1970, p.257). Com isso, corrobora com a assertiva de Prebisch, ao afirmar a necessidade de um processo de industrialização periférica, a fim de reverter essa condição histórica.

Além da industrialização, um dos mais importantes mecanismos na busca da superação da condição periférica seria a tentativa de redução da vulnerabilidade externa das economias nacionais, submetendo-as a alguma forma de controle das relações econômico-financeiras com o exterior, assim como no próprio processo de substituição de importações e de integração interna dessas economias, reduzindo a sua dependência do sistema de divisão internacional do trabalho. (FURTADO, 1970, pp.222-223)

Prebisch e Furtado afirmavam que o intercâmbio desigual, ou seja, a redução de custos não repassada aos preços dos produtos manufaturados, e a deterioração dos termos de troca, que representava a queda dos preços dos produtos primários em relação aos industrializados, eram o resultado da preservação da articulação da periferia dependente a uma divisão internacional do trabalho decadente. (MARTINS, 2011, p.219)

O termo reformista surge da própria concepção da condição periférica proposto pelos estruturalistas. Esta concepção era interpretada como determinante de problemas a serem superados por planejamentos de políticas econômicas e sociais, “ou seja, não significava fonte de exploração insuperável que implicasse necessidade de ruptura com o capitalismo” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.42), em que “suas propostas de políticas preservavam, contudo, as estruturas de poder existentes.” (SANTOS, 2000, p.81) Entretanto, tal fato não retira o seu valor, revolucionando as concepções em voga a partir de uma perspectiva inovadora e latino-americana na busca de bases autônomas de desenvolvimento, em que sem um Estado interventor a desigualdade social tenderia a se intensificar, constatando-se a viabilidade do desenvolvimento nacional como uma alternativa capitalista na era de transnacionalização do capital. (TRASPADINI, 2014, pp.186-187)

A temática do desenvolvimento tal como se apresenta na década de 50 e 60, sob a influência do pensamento cepalino, já sai do debate entre civilização e

barbárie, entre o moderno e o arcaico, entre o progresso e o atraso para produzir um debate mais consistente em termos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre uma estrutura industrial moderna, com todas as suas consequências sociais e políticas, em oposição a uma estrutura exportadora agrária ou mineira, que deveria ser progressivamente substituída. (SANTOS, 2000, p.86)

Sinteticamente, as três ideias econômicas centrais do desenvolvimento-dependente cepalino eram a industrialização, o financiamento externo e o papel do Estado. Esse tripé era o ponto central do processo de substituição de importações a fim de internalizar o progresso técnico, gerar um aumento de produtividade, elevar a acumulação interna de capital e ampliar o consumo como dinamização do mercado interno. (TRASPADINI, 2014, p.147) Com a manutenção da estrutura internacional, “os grandes centros industriais não apenas preservam para si o fruto da aplicação das inovações técnicas a sua própria economia, como também ficam numa posição favorável para captar uma parte do fruto que surge no progresso técnico da periferia.” (PREBISCH, 2000, p.88) Desta constatação e das demais expostas, visualiza-se a importância das mudanças reformistas na estrutura dependente das economias latino-americanas.

2. Desenvolvimento-dependente marxista

A concepção do desenvolvimento-dependente marxista surge como uma contraposição crítica à concepção da CEPAL: ao reinterpretar a realidade latino-americana nas décadas de 1960 e 1970 sob um novo prisma, não negam as contribuições teóricas cepalinas, apenas buscam soluções alternativas para a inserção dependente e periférica da região como parte integrante do sistema mundial, se afastando de qualquer ilusão igualitária em relação ao desenvolvimento capitalista.

Assim, ao criticar os estruturalistas, esse conjunto de autores revolucionários afirmava que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2012, p.47), no qual a industrialização não resolveria os problemas estruturais da periferia, somente os colocaria em novas bases e terminaria “por também contribuir para a justificação do subdesenvolvimento em que ainda estamos afundados.” (OURIQUES, 2014, p.141).

Dentro do pensamento crítico, essa proposta da Cepal foi alvo de muitas condenações, seja porque desenvolvimento e subdesenvolvimento fossem tratados apenas como uma diferenciação quantitativa, não percebidos como uma relação dialética de oposição e unidade, seja porque a concepção de Estado fosse

neutra, como se este estivesse fora da sociedade, alheio às contradições de classe, e possuísse uma racionalidade própria e autônoma, ou ainda porque não se acreditava que a industrialização resolveria os problemas do subdesenvolvimento e da dependência, apenas conferindo-lhes outras formas de manifestação. (CARCANHOLO, 2010, pp.120-121)

O enfoque do desenvolvimento-dependente revolucionário assinalava que o desenvolvimento do capitalismo havia estabelecido uma divisão internacional do trabalho hierarquizada, numa articulação de classes e grupos sociais que significava a existência de uma estrutura dependente em termos econômicos, sociais, políticos e ideológicos nos níveis nacional e internacional. Desta assertiva, pode-se incorrer que “o subdesenvolvimento se estabelecia não como não desenvolvimento, mas como o desenvolvimento de uma trajetória subordinada dentro da economia mundial.” (MARTINS, 2011, p.230) A alternativa ao modelo de desenvolvimento-dependente cepalino seria o socialismo instaurado pela via revolucionária a nível continental. (MARTINS, 2011, p.245)

Ruy Mauro Marini, Theôtonio dos Santos e Vânia Bambirra foram três autores que se destacaram na sistematização teórica desta corrente. Para eles, a dependência consistiria em *“una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia”* (MARINI, 1991); *“una situación en la cual un cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía a la cual la propia está sometida”* (SANTOS, 2011, p.361); *“caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, política e sociais atrasadas e dependentes.”* (BAMBIRRA, 2012, p.38)

Em sua essência, o desenvolvimento dos países da América Latina possui padrões particulares, que estão atrelados à situação de dominação econômica, social e política a qual estão submetidos. Assim, estes padrões específicos determinam um desenvolvimento dependente que tem como característica fundamental a exploração tanto no âmbito das próprias economias nacionais, como na relação entre estas e os grandes centros de poder mundiais. O subdesenvolvimento não seria uma primeira etapa evolutiva destinada à modernidade desenvolvida, “mas, ao contrário, característica antagônica e complementar ao processo de desenvolvimento dentro de uma mesma lógica global de acumulação capitalista”. (CARCANHOLO, 2009, p.253), formando *“uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros.”* (BAMBIRRA, 2012, p.44)

Um marco simbólico dessa corrente foi a publicação do livro de Ruy Mauro Marini, “*A dialética da dependência*”, em 1973, em que foram formuladas “as bases da economia política da dependência” e de uma “teoria marxista da dependência” (OSORIO, 2009, p.170.) Para Ouriques (2014, p.51), Marini havia operado “no interior da perspectiva marxiana uma particular redução sociológica, ou seja, captar o específico de nossa formação social dependente nos marcos de uma teoria de caráter universal.” (OURIQUES, 2014, p.51)

A conclusão de Marini é simples. Quanto maior for o desenvolvimento capitalista, maior será a superexploração do trabalhador na periferia e, em particular, do trabalhador latino-americano. A única solução é romper a relação de dependência e começar a construir uma nova forma de acumulação que beneficie os trabalhadores da região. (GANDASEGUI, 2009, p.274)

Nesta concepção do capitalismo latino-americano, dois elementos formam a pedra angular e o fundamento da dependência: a superexploração do trabalho e a transferência de valor. (OURIQUES, 2014, p.121: OSORIO, 2009, pp.174-175: OSORIO, 2016, p.122: MARTINS, 2011, p.242)

No que se refere ao modo de produção fundado exclusivamente numa maior exploração do trabalhador, a superexploração do trabalho é identificada em três mecanismos: “*la intensificación del trabajo, la prolongación de la jornada de trabajo y la expropiación de parte del trabajo necesario al obrero para reponer su fuerza de trabajo.*” (MARINI, 1991) Em outros termos, é a “a transgressão do valor da força de trabalho pela remuneração abaixo de seu valor” (BUENO, 2016, p.222), uma vez que existe “a necessidade dos capitalistas recuperarem parte da queda da taxa de lucro como consequência da troca desigual” (KAY, 2016, pp.186-187), como forma de compensar as transferências de valor da periferia para o centro, e “acabam transformando parte do 'fundo necessário de consumo do operário' em um 'fundo de acumulação de capital', dando origem a uma forma particular de reprodução capitalista e a uma forma particular de capitalismo, o dependente.” (OSORIO, 2009, pp.174-175)

Outro ponto fundamental para o desenvolvimento-dependente marxista é a questão da transferência de valor. Para os teóricos, o capital internacional extrai, nas economias dependentes, mais valia extraordinária, levando a uma ação estrutural de transferência de valor ao centro capitalista, “como um processo que responde à lógica de acumulação global através da produção de valores na periferia que são apropriados no centro.” (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, pp.96-97) Assim, uma vez que a burguesia latino-americana não consegue utilizar o progresso técnico com a finalidade de aumentar a produtividade comparativamente ao centro “e contrabalançar a extorsão de parte de sua mais-valia, apela ao aumento da massa de

valor produzido, via superexploração do trabalho, para compensar parcialmente a mais-valia perdida." (BUENO, 2016, pp.224-225) Santos corrobora o argumento afirmando que “*de la gran parte ya sobreexplotada de la producción nacional se va una parte muy grande hacia el exterior, que no se reconvierte en forma de consumo e inversión internos dentro del sistema.*” (SANTOS, 1972, p.42-43)

Ao longo desses processos, para esses autores, o capital estrangeiro não foi utilizado para o pleno desenvolvimento periférico, elevando sua taxa de poupança e/ou financiando seus desequilíbrios do balanço de pagamentos; vem ocorrendo, sistematicamente, o processo inverso, de descapitalização (BAMBIRRA, 2012, p.143) superior aos investimentos realizados. (SANTOS, 1972, p.39)

A baixa competitividade produzida pelo regime de acumulação fundado na superexploração do trabalho permite que as empresas estrangeiras, estabelecidas em formações sociais em que esse processo se estrutura, mantenham altas taxas de remessas de capitais para suas regiões de origem, de onde parte e se organiza a circulação global e ampliada de seu capital, uma vez que sua liderança no processo local de acumulação é pouco ameaçada. Essas remessas, que são realizadas através de diversos mecanismos (pagamentos de juros e serviços do financiamento externo, envio de remessas de lucros, pagamentos de *royalties*, patentes e assistência técnica, prática de sobrepreços nas relações intrafirmas, pagamentos de fretes ou simplesmente deslocamento de capitais para regiões onde as condições macroeconômicas são mais seguras e atrativas), superam amplamente as entradas de capitais realizadas, resultando em significativo processo de expropriação de capitais e divisas. (MARTINS, 2009, pp.199-200)

Além disso, é interessante notar que tal concepção teórica do desenvolvimento-dependente marxista foi a única a ter um bloqueio intelectual³ (OURIQUES, 2014, pp.46-47). Por esse motivo e por consistir numa contribuição teórica fundamental para a compreensão da realidade empírica da América Latina, se faz necessário seu resgate e ulterior discussão com as demais, principalmente com sua versão mais conflitiva, a do desenvolvimento-dependente associado.

3. Desenvolvimento-dependente associado

³ Dentre os principais motivos, tem-se a leitura unilateral da teoria da dependência nos anos 1960 e 1970, em que a vertente de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto foi a mais divulgada e aceita, principalmente nos círculos acadêmicos brasileiros. Outro motivo seria o contexto da instauração das ditaduras militares na América Latina a partir da década de 1960, onde o pensamento da teoria marxista da dependência seria considerado subversivo e antagônico ao sistema vigente. Assim, o próprio contexto da ditadura excluiu das discussões teóricas vários autores, impossibilitando seu debate epistemológico e difusão mais ampla.

O desenvolvimento-dependente associado inaugura uma nova etapa da discussão na região. Simultaneamente, essa visão era crítica tanto aos conceitos de subdesenvolvimento e periferia econômica da corrente reformista – apesar de afirmar uma “originalidade da cópia” (CARDOSO, 1993) das teorias keynesianas aplicadas à América Latina – quanto da revolucionária, por considerá-la estancacionista, mecanicista, catastrofista e devido à inviabilidade do socialismo nas presentes condições de dependência. (KAY, 2016, p.177).

Para seus autores, a inovação consistiria na percepção não somente da existência de uma dominação externa, “mas na caracterização da forma que ela assume e dos efeitos distintos, com referência às situações passadas, desse tipo de relação de dependência sobre as classes e o Estado.” (CARDOSO; FALETTTO, 1979, pp.141-142) Em outras palavras, sua contribuição se basearia nas contradições complexas entre o externo e o interno, sendo um “instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional.” (CARDOSO; FALETTTO, 1979, p.139)

A dependência não é considerada meramente como uma variável externa, assim como a situação sócio-política nacional não deriva mecanicamente da dominação externa. Apesar da margem de manobra estar amplamente delimitada pelo sistema mundial, a configuração interna particular de um país determina a resposta específica aos mesmos eventos externos. (KAY, 2016, p.173)

Segundo Bresser-Pereira (2010, p.36), as origens dessa versão derivam da Escola de Sociologia de São Paulo e do marxismo (este último abandonado posteriormente). Ela teve como seus principais formuladores Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, críticos do desenvolvimento etapista (CARDOSO; FALETTTO, 1979, pp.25-26; KAY, 2016, pp.170-171) e que visualizaram o início da dependência com a expansão dos países capitalistas originários numa estrutura econômica internacional com relações de dominação. Para eles, a noção de dependência se refere às condições de existência, funcionamento e controle do sistema político-econômico, demonstrando suas vinculações internas e externas que incidem sobre a estratificação social (CARDOSO; FALETTTO, 1979, p.27; p.37): a “dependência é uma forma de articulação subordinada entre uma das duas partes de um mesmo modo de produção e/ou sobre a submissão de um modo de produção a outro”, ou ainda “um sistema em que uma estrutura desenvolvida, em virtude de sua capacidade endógena de crescimento, é dominante, e a estrutura subdesenvolvida, dado o caráter induzido de sua dinâmica, é dependente; e isto se aplica tanto entre países como dentro de um país.” (CARDOSO, 1993, p.195)

A partir de um estudo histórico que integrava uma análise econômica e sociológica (CARDOSO; FALETTO, 1979, p.15), o objetivo central era "esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista." (CARDOSO; FALETTO, 1979, p.7) Um dos pontos principais dessa corrente teórica foi perceber a incapacidade das elites internas – através do populismo e do corporativismo (CARCANHOLO, 2009, pp.258-259) – em desenvolver as forças produtivas e aproveitar as oportunidades dos ciclos econômicos oriundas do centro sistêmico. Assim, a constatada descapitalização das economias latino-americanas era compensada pela dependência financeira internacional, que mobilizaria os excedentes de capital nos países centrais para o mercado interno dos países dependentes, possibilitando o desenvolvimento dependente. Logo, a poupança externa financeira seu desenvolvimento, cuja participação das empresas multinacionais na industrialização era condição *sine qua non* para atingir o crescimento.

A dependência associada partiu da premissa de que não era viável uma burguesia nacional em países em desenvolvimento porque os burgueses locais seriam essencialmente dependentes, concluindo que, em vez de tentar atingir a autonomia nacional e realizar a revolução capitalista, a melhor alternativa era associar-se aos países ricos e crescer sob sua sombra ou proteção. (BRESSER-PEREIRA, 2016, p.245)

Com isso, realizaram um enfoque na internacionalização do mercado interno: “expressão que caracteriza a situação que responde a um controle crescente do sistema econômico das nações dependentes pelas grandes unidades produtivas monopolísticas internacionais.” (CARDOSO; FALETTO, 1979, p.141) Em outros termos, seria o caráter endógeno da dependência, em que a análise de sua manifestação interna adquire uma dinâmica que está determinada pelos sistemas e composições internas de alianças das classes dominantes locais (CARDOSO; FALETTO, 1979, pp.35-36), que, ao se articularem aos interesses das economias centrais, penetram na sociedade, "solidarizando interesses de grupos e classes externos e internos e gerando pactos políticos entre eles que desembocam no interior do estado." (CARDOSO, 1993, p.19)

Ao final de sua análise, Cardoso e Faletto modificam a ideia de dependência para a de interdependência (CARDOSO; FALETTO, 1979, pp.142-143; CARDOSO, 1993, p.21), cujo dinamismo da expansão capitalista de "desenvolvimento dependente e associado" (CARDOSO, 1993, p.67) deveria ser perseguido pelos países latino-americanos para que conseguissem se inserir no quadro competitivo da economia capitalista mundial, haja vista que "seria a única alternativa para que as economias periféricas conseguissem obter ganhos no comércio inter-

nacional, uma vez que a internacionalização das economias e a tendência à unificação dos mercados tornar-se-iam um pressuposto fundamental." (TRASPADINI, 2014, p.85)

A fim de realizar um planejamento interno, o desenvolvimento-dependente associado conjuga "a ação integrada entre o capital nacional privado, o capital internacional e o Estado, com o objetivo de potencializar a internacionalização da concorrência no âmbito nacional" (TRASPADINI, 2014, p.97). Na era do capital monopolista global, não há a possibilidade de contestar a forma de interação dos agentes externos e internos na tomada de decisões referentes às determinações de investimento, sendo a única alternativa viável de desenvolvimento a da interdependência. (TRASPADINI, 2014, pp.116-117)

Segundo ele, os inimigos da democracia não seriam portanto o capital internacional e sua política monopolista, captadora e expropriadora dos recursos gerados nos nossos países. Os seus verdadeiros inimigos são o corporativismo e uma burguesia burocrática e conservadora que, entre outras coisas, limitou a capacidade de negociação internacional do país dentro do novo patamar de dependência gerado pelo avanço tecnológico e pela nova divisão internacional do trabalho que se esboçou nos anos 70, como resultado da realocação da indústria mundial. (SANTOS, 2000, pp.34-35)

Em outros termos, "dependência e desenvolvimento capitalista podem marchar paralelos" (CARDOSO, 1993, p.21), "são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se ampliam incessantemente, sempre e quando inexistam processos políticos que lhes dêem fim" (CARDOSO, 1993, p.112). Ao fim e ao cabo, era a defesa da associação internacional, uma vez que seria possível um desenvolvimento capitalista periférico, coligado a regimes políticos liberais e democráticos, que amenizasse os efeitos da dependência. Consistia na tentativa de um "modelo econômico que pudesse aliar dependência com desenvolvimento" (MUNTEAL, 2009, p.329), compreendida como "desenvolvimento subordinado ao capital internacional." (TRASPADINI, 2014, p.83)

Em síntese, no quadro abaixo se pode visualizar as principais características das três perspectivas de desenvolvimento-dependente na América do Sul.

Tabela 1 - Principais características do desenvolvimento-dependente

SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO-DEPENDENTE NA AMÉRICA DO SUL			
Desenvolvimento-dependente	Conceitos-chave	Principais temas	Principais autores
Cepalino	Centro-periferia; Desequilíbrio externo; Subemprego estrutural; Deterioração dos termos de troca; Substituição de importações; Industrialização	Crítica à teoria das vantagens comparativas; Estado como agente indutor; Processo de industrialização substitutiva; Política internacional de redução da vulnerabilidade externa; Integração Regional	Raul Prebisch; Celso Furtado
Marxista	Dialética da dependência; Superexploração do trabalho; Transferência de valor; Subimperialismo; Revolução socialista	Crítica ao modelo cepalino; Desenvolvimento e subdesenvolvimento são relação dialética de oposição e unidade; Superação do subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência pela via socialista	Ruy Mauro Marini; Theotônio dos Santos; Vânia Bambirra
Associado	Internacionalização do mercado interno; Economias de enclave; Interdependência	Crítica aos marxistas (estacionista, mecanicista, catastrofista); Manifestação interna da dependência; Poupança externa financia crescimento; Convergência entre dependência e desenvolvimento capitalista	Fernando Henrique Cardoso; Enzo Faletto

Fonte: elaboração própria.

Após essa breve reflexão a respeito das principais características da discussão sobre o desenvolvimento-dependente na América Latina, espera-se que tenha ficado inteligível a importância da "retomada da discussão do desenvolvimento latino-americano a partir de uma reavaliação dos projetos que foram executados até o presente em nosso continente." (TRASPADINI, 2014, p.190) Para auxiliar na reflexão, Carcanholo buscou simplificar a importância do debate histórico-estrutural do desenvolvimento-dependente e as reminiscências dessas características na contemporaneidade:

(i) o fato empírico recorrente de perda nos termos de troca, ou seja, a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes – geralmente produtos primários e/ou com baixo valor agregado – *vis-à-vis* aos preços dos produtos industriais e/ou com maior valor agregado importados dos países centrais, em um verdadeiro processo de transferência de valores; (ii) remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e *royalties*, pela simples razão de os primeiros importarem capital dos últimos; (iii) instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes e colocando os países dependentes periféricos à mercê do ciclo de liquidez internacional. (CARCANHOLO, 2009, p.254).

4. Um debate contemporâneo sobre o desenvolvimento-dependente

O debate sobre o desenvolvimento vem fornecendo novas ferramentas teóricas para a prática política dos Estados no sistema internacional. No que se refere às distintas manifestações relacionadas ao desenvolvimento contemporâneo na América Latina, distintos autores já buscaram realizar tipologias, tais como Almeida (2014) e Katz (2016). Ao corroborar com as definições precedentes, todavia, constata-se uma continuidade e correlação com o debate realizado acerca do desenvolvimento-dependente na seção anterior. Portanto, é essencial visualizar as continuidades e rupturas, a fim de trazer o debate histórico para a atualidade e, assim, detectar paralelos com a prática política e econômica dos Estados latino-americanos.

O intento, portanto, é buscar uma correlação entre as definições acerca do desenvolvimento-dependente e as noções do tempo presente acerca do desenvolvimento em três vertentes: o desenvolvimentismo, o socialismo e o neoliberalismo. A variação de cada corrente desse tripé é realizada a partir da correlação de forças que prevalece em determinada sociedade num dado tempo, cujos projetos de poder dominam o debate sobre progresso material e intelectual.

a) Desenvolvimento-dependente cepalino e Desenvolvimentismo

O desenvolvimentismo se configura como um projeto econômico que vincula o desenvolvimento a partir de uma política governamental centrada no processo de industrialização, no aumento da renda por habitante e na taxa de crescimento da economia. Este desenvolvimentismo "tem como seus predecessores a Economia Política Clássica e o Desenvolvimentismo Clássico, e está associado a escolas de pensamento atuais como o Institucionalismo Clássico, a Teoria Pos-Keynesiana, e a Escola da Regulação." (BRESSER-PEREIRA, 2016, p.261).

Sucintamente, algumas características se destacam na consecução teórica dessa corrente: necessidade da intervenção estatal para superação do subdesenvolvimento, uma vez que não existem mercados fortes sem Estados fortes e o equilíbrio entre ambos é fundamental para o adequado funcionamento econômico; política econômica como instrumento central do crescimento econômico, influenciando diretamente as políticas monetárias, fiscais e cambiais a fim de reduzir a dependência financeira e criar medidas anticíclicas nos casos de grandes ingressos ou saídas de capitais; retomada da industrialização visando aumentar o emprego urbano e a modernização produtiva; reduzir a lacuna tecnológica, ao propiciar a inovação a partir de acordos com empresas transnacionais visando transferências tecnológicas; visualização do sudeste asiático como modelo de desenvolvimento a ser seguido, procurando setores específicos a fim de realizar processos de investimento para reconstruir a gravitação manufatureira com novos perfis de exportação. (KATZ, 2016, pp.140-141).

Há de se ressaltar que parte considerável dessas iniciativas consiste no mesmo programa político do desenvolvimento-dependente cepalino visualizado na seção anterior. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.68). Assim, sua continuidade teórica, levando-se em consideração algumas mudanças pontuais, pode ser constatada, em que distintos são os autores dessa perspectiva desenvolvimentista na atualidade⁴, cujo intuito não é se debruçar sobre a discussão teórica acerca do desenvolvimentismo no século XXI, mas sim realizar um mapeamento geral das principais ideias.

O desenvolvimentismo conservador possui um apreço às formulações teóricas do desenvolvimentismo clássico dos anos 1960, evitando alterações críticas que deteriorem a matriz tradicional do seu pensamento. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.68) Neste sentido, é hostil a inovações e postula o retorno aos temas históricos em termos de política econômica, além de possuir projetos conservadores na esfera política, em certo sentido não rompendo com a heterodoxia econômica radical ou até mesmo com o liberalismo ortodoxo. Assim, os capitais nacionais e internacionais tenderiam a impulsionar as políticas ligadas ao desenvolvimentismo, concentrando-se nas questões relativas à taxa de investimentos, ao financiamento externo e à mobilização da poupança interna.

Também denominado de novo desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2016, pp.239-240), essa corrente converge tradições keynesianas com o estruturalismo, mas visa capturar oportunidades globais nestes novos tempos de abertura e globalização, ao manter uma relação pragmática, e até mesmo prioritária, com o mercado; *i.e.*, ele propõe políticas

⁴ Dentre eles, pode-se citar Luiz Carlos Bresser-Pereira, Aldo Ferrer, Robert Boyer, Osvaldo Sunkel, Gabriel Palma, Cristóbal Kay, Alejandro Portes, João Sicsú, Luiz De Paula, Michel Renaut, José Luis da Costa Oreiro.

progressistas alternativas, mas que, em certo sentido, surgem das mesmas contradições da ortodoxia econômica. Ainda assim, não nega a importância do papel do Estado nesta nova estratégia, ainda que mais seletiva (BIELSCHOWSKY, 2000, pp.63-64), continuando a ser o ator-chave do crescimento econômico, utilizando uma política macroeconômica ativa, uma administração política eficiente e uma capacidade de financiar investimentos para coordenar o setor não competitivo da economia. (BRESSER-PEREIRA, 2016, p.241)

Uma nova característica do desenvolvimentismo conservador é a distinção entre capitais produtivos, que investem, inovam e expandem suas empresas, dos capitais rentistas, que são remunerados por rendas capitalistas (juros, renda da terra, dividendos e ganhos de capital). Apesar da assertiva de combate à coalizão rentista e financista (BRESSER-PEREIRA, 2016, p.250), a gestão macroeconômica segue preceitos conservadores e atende interesses de grupos específicos que comungam dos projetos previamente estabelecidos.

Já o desenvolvimentismo progressista consiste num tipo específico que se encontra em constante evolução, seguindo novas tendências que influenciam as reformas nos âmbitos político, social e econômico; é o desenvolvimento de um país, substancialmente, a partir de seus próprios meios, visando criar uma situação de independência relativa a outros mais desenvolvidos, em que se constata a "*variante progresista de esa concepción, que algunos autores denominan social desarrollismo*". (KATZ, 2016, p.199)

Essa abordagem enseja maior relevância à dimensão social dentre os objetivos de desenvolvimento, ressaltando o papel preponderante da demanda para forjar um modelo de crescimento com inclusão social. (KATZ, 2016, pp.199-200) Igualmente ao desenvolvimentismo conservador, que se utiliza de políticas monetárias ativas, câmbios competitivos e déficits orçamentários, a vertente progressista também enfatiza o imperativo de maior captação estatal das rendas agrárias e mineiras, assim como na redução da predominância financeira imposta pelos grandes bancos às empresas e ao Estado. (KATZ, 2016, p.200)

O desenvolvimentismo progressista preconiza um modelo que reduz os níveis de desigualdade e dependência, tanto internas quanto externas, demandando uma primazia do setor público sobre o setor privado através da consolidação de modelos de capitalismo de Estado. Logo, propõem modelos democrático-populares apoiados em fundamentos ideológicos socialistas, com a percepção transitória por um período prolongado de capitalismo regulado, num cenário de disputa entre processos decrescentes de acumulação e dinâmica ascendente de equidade, que culminaria numa economia pós-capitalista. (KATZ, 2016, pp.200-201)

Assim, a principal diferença entre os dois modelos seria que o desenvolvimentismo conservador enfatiza políticas ortodoxas estruturais e centradas na indústria, com foco princi-

pal no mercado externo, enquanto que o desenvolvimentismo progressista centraliza seu escopo na política social e gerenciamento da demanda doméstica (mercado interno). Logo, sua singularidade seria "a transformação do social em um dos eixos estruturantes do processo de desenvolvimento econômico, mediante a distribuição de renda, a eliminação progressiva da pobreza e a conseqüente dinamização do mercado interno" (OLIVA, 2010, p.30), e, no plano externo, "na busca incessante de novos espaços para o país e na redução das assimetrias políticas, econômicas e comerciais entre as nações." (OLIVA, 2010, p.32)

b) Desenvolvimento-dependente marxista e Socialismo

O socialismo é compreendido como um conjunto de doutrinas e movimentos políticos voltados para os interesses das classes menos favorecidas do sistema, tendo como objetivos principais a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, a inexistência das diferenças entre as classes sociais e a planificação econômica centralizada, a fim de obter uma distribuição racional e equitativa da riqueza social. Historicamente, pauta-se por um projeto anti-capitalista e contrário às injustiças sociais advindas da consolidação desse modo de produção.

Sobrevindas das primeiras discussões entre os socialistas utópicos e o socialismo científico, o escopo socialista possui uma diversidade de inspirações e matizes ideológicos referentes aos métodos de sua construção desde o século XVIII, que derivam, principalmente, no papel dos partidos políticos, na função do Estado e na questão da democracia no plano político e no econômico. A percepção histórica entre reformistas, defensores da construção do socialismo por meio de reformas sociais, e revolucionários, visionários da revolução e da ditadura do proletariado para a construção do socialismo, vem marcando as duas tendências fundamentais do socialismo na atualidade, assim como sua constante renovação dialética.

Dentre as discussões teóricas e práticas do socialismo na região, pode-se perceber duas linhas de pensamento prioritárias, que seguem a tradição histórica do socialismo no mundo: o revolucionário e o reformista. Ambos são determinados pela oposição entre as classes dominadas, fornecedoras da força de trabalho para sua subsistência, e as classes dominantes, que detêm os meios de produção e apropriam-se de uma parte do valor do trabalho fornecido pelos dominados. Essas classes apresentam características divergentes nessas sociedades estratificadas e são distinguíveis por diferenças marcantes, principalmente através de características socioeconômicas.

O socialismo revolucionário ratifica que a superação do modo de produção capitalista somente será possível através de transformações radicais nos âmbitos político, econômico, social e ideológico. Uma vez que o sistema capitalista possui uma estrutura secular de reno-

vação e reprodução, a revolução é imprescindível para que sejam possíveis mudanças estruturais e fundamentais para a construção de um novo modo de produção. Logo, o socialismo somente seria alcançado pela via revolucionária, constituindo o núcleo fundamental da luta de classes. Já o socialismo reformista visualiza que a transformação da sociedade visando alcançar o socialismo pode ser realizada a partir de reformas pontuais e constantes do sistema capitalista. Tendo como objetivo final a justiça social, a acumulação de reformas legislativas nas estruturas políticas, nas instituições existentes e no sistema econômico, podem levar à equalização da riqueza social. Apesar de haver a constatação de que as reformas não são socialistas em si mesmas, elas podem auxiliar na popularização das causas do socialismo entre a classe trabalhadora.

Neste sentido, percebe-se que o foco principal desses modelos passa pela questão estrutural da conformação histórica das classes sociais no modo de produção capitalista, não havendo a possibilidade de defesa socialista que não engendre a questão de classe. Contudo, diferenciam-se nos meios, etapas e até mesmo alianças entre as classes, com o objetivo de se alcançar a superação do modo de produção capitalista. Complementarmente, é importante frisar que, uma vez que a luta de classes não pode vir descolada das questões identitárias num projeto socialista que visa priorizar os interesses dos menos favorecidos do sistema, o desequilíbrio de direitos e de poder entre homens e mulheres, brancos e negros, héteros e LGBTs deve ser encarado como um problema fundamental para o socialismo. Entretanto, a desigualdade econômica precisa ser combatida junto a essas outras formas de desigualdade, que se entrecruzam e perpassam pela questão fundamental do recorte de classe.

Em outros termos, nas discussões contemporâneas dos modelos socialistas, visando alcançar a fase de acumulação primitiva proposta por este novo modo de produção, tornar-se-ia necessário englobar cinco dimensões: 1) socialização do poder; 2) recuperação da tradição democrática socialista; 3) superação da escassez e geração do excedente para as grandes massas; 4) hegemonia planetária e refundação do sistema mundial; 5) novo modelo ecocivilizatório. Ainda, constata-se que um dos seus principais objetivos é a construção de uma robusta economia de mercado, distinta do modelo capitalista, uma vez que trata de temas como divisão social do trabalho, educação libertadora da classe trabalhadora, industrialização, urbanização, unificação de mercados regionais, dentre outros. Isto pressupõe um ativo Estado Nacional dotado de todas as técnicas disponíveis em matéria de planificação, socialização/coordenação do investimento e com o capital produtivo e financeiro centralizado sob seu controle.

c) Desenvolvimento-dependente associado e Neoliberalismo

O neoliberalismo é uma doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios clássicos do liberalismo econômico às condições do capitalismo contemporâneo. Esta vertente acredita que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais, e cuja mola-mestra é o mecanismo dos preços baseado na imprescindibilidade da estabilidade monetária. Sua agenda constitui, principalmente, temas de curto prazo visando o desenvolvimento econômico, como o combate a inflação, o ajuste fiscal, o marco regulatório e a reconquista da credibilidade dos agentes externos. Atualmente, o termo vem sendo aplicado àqueles que defendem a livre atuação das forças de mercado, o término do intervencionismo do Estado⁵, a privatização das empresas estatais (e até mesmo de alguns serviços públicos essenciais), a abertura da economia e sua integração mais intensa ao mercado mundial.

Uma característica fundamental do neoliberalismo se refere ao papel do Estado. Nesta visão, "de agente o Estado passou a ser paciente, no sentido de que passou a ser um obstáculo ao dinamismo econômico, que deveria ser transferido para os agentes privados, isto é, para o mercado." (TRASPADINI, 2014, p.175) Em conformidade com esse axioma, os princípios do neoliberalismo "se assentam no individualismo, no racionalismo e na organização social em consonância com a estrutura dada/neutra do mercado" (VADELL; CARVALHO, 2014, pp.89-90), e que, nos termos do presente trabalho, é a continuação da linha de pensamento do desenvolvimento-dependente associado (KATZ, 2016, p.103), uma vez que "sua proposta não só se aproxima como está em estreita consonância com a proposta econômica de cunho neoliberal" (TRASPADINI, 2014, pp.41-42): *i.e.*, o "desenvolvimento capitalista associado e neoliberalismo são termos distintos para uma mesma proposta." (CARCANHOLO, 2009, pp.258-259)

Pode-se dividir o neoliberalismo em duas vertentes: a convencional e a globalista. O neoliberalismo convencional resulta de um conjunto de costumes, hábitos e padrões seculares do liberalismo político-econômico, consolidado pelas práticas e regras estabelecidas por determinados países ao longo da história e que buscam reproduzi-las alhures. É a tipificação neoliberal tradicional, cuja ação é determinada de acordo com os padrões ou conformes das convenções liberais, e cujas primeiras discussões no âmbito internacional "*destacaron las raíces teóricas de esta corriente en el pensamiento económico neoclásico. También explica-*

⁵ Neste tocante, é importante salientar que o neoliberalismo possui a prerrogativa de redução do intervencionismo estatal, mas somente seu arrefecimento no setor produtivo, no tecido social, mas não no setor financeiro, do capital.

ron su aparición por el agotamiento del crecimiento keynesiano de posguerra y resaltaron sus objetivos políticos regresivos." (KATZ, 2016, p.79)

A América do Sul foi o laboratório mundial das políticas neoliberais na metade dos anos 1970. Este paradigma foi forjado no Chile sob a ditadura de Augusto Pinochet, com o conselho econômico ortodoxo dos economistas Friedrich von Hayek e Milton Friedman. Posteriormente, ganhou impulso nos anos 1980 e atingiu o seu auge nos 1990, tornando-se predominante na região com o estabelecimento do Consenso de Washington, defendido, principalmente, por Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, na Inglaterra. Essa continuidade fortaleceu as transformações estruturais na América do Sul, uma vez que o neoliberalismo foi validado pelos regimes constitucionais que sucederam os períodos de ditaduras militares na região, ratificando as tradições de livre comércio das elites sul-americanas e criando novas formas de vinculação da região à economia mundial.

Distintamente, o neoliberalismo globalista é relativamente contrário ao tradicionalismo liberal, se adaptando facilmente a outras culturas e influenciando padrões políticos de outros países através do globalismo de mercado. Ao caracterizar-se por redes de conexões que abrangem distâncias multi-continentais e aspectos que são comuns a vários grandes centros urbanos do mundo, o globalismo se estabelece como uma visão econômica e política que considera o mundo inteiro suscetível a influências e domínio políticos, uma ideologia associada a diferentes formações historicamente dominantes de extensão global.

Em outros termos, é um desenvolvimento cujos ganhos da integração ao capitalismo global são maiores do que as perdas, num ambiente de relação direta entre capital interno e externo, cujo bloco financista-liberal defende ciclos de adesão à globalização, haja vista ainda existirem no cenário internacional países com economias fechadas, fora das cadeias globais de valor e isolados em processos políticos nacionais ou regionais. Assim, o principal argumento do neoliberalismo globalista seria

[...] afirmar que las dificultades afrontadas por las economías periféricas obedecen a su incorporación incompleta a la oleada globalizadora. Este razonamiento atribuye cualquier falla en este proceso a la inconsecuente introducción de las medidas reclamadas por los globalizadores. Pero como nadie conoce cuál sería ese patrón íntegro de reformas neoliberales, siempre hay espacio para argumentar que falta algo. (KATZ, 2016, p.127)

O quadro a seguir é uma tentativa de simplificar as principais características da discussão realizada acerca das tipologias do desenvolvimento na América do Sul.

Tabela 2 - Classificação conceitual do desenvolvimento

AS TRÊS CLASSIFICAÇÕES CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTO			
Desenvolvimentismo	Industrialização, renda e crescimento via intervenção estatal, políticas econômicas anticíclicas, modernização produtiva, inovação científico-tecnológica e desenvolvimento comparado (Sudeste Asiático).	conservador	Novo Desenvolvimentismo; Investimento e financiamento externo; Poupança interna; Abertura e globalização; Mercado Externo.
		progressista	Social Desenvolvimentismo; Redução do rentismo; Capitalismo regulado; Crescimento com inclusão social; Mercado interno.
Socialismo	Projeto anti-capitalista via eliminação da propriedade privada dos meios de produção, combate à desigualdade e planificação econômica centralizada; luta de classes, socialização do poder e economia de mercado socialista.	Revolucionário	Transformações radicais no modo de produção capitalista via revolução.
		Reformista	Transformações pontuais no modo de produção capitalista via reformas.
Neoliberalismo	Adaptação do liberalismo econômico clássico às condições do capitalismo contemporâneo, com estabilidade financeira e monetária, liberdade individual, livre mercado, redução do Estado, privatização, abertura da economia ao mercado mundial.	Convencional	Padrões seculares do liberalismo político-econômico; Economia ortodoxa tradicional; Consenso de Washington.
		Globalista	Adaptabilidade às culturas; Globalismo de mercado; Redes de conexão multi-continentais; Financecimento-liberal e globalização.

Fonte: elaboração própria.

Em suma, é constatado que há uma relação intrínseca entre a formulação da seção anterior de desenvolvimento-dependente e as três tipologias abordadas; poder-se-ia dizer que as formulações iniciais são o embrião das discussões contemporâneas acerca do desenvolvimento, com continuidades e rupturas, mas convergentes no que se refere ao seu escopo principal.

Considerações finais

Uma vez que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes de um mesmo processo universal, conclui-se que o subdesenvolvimento latino-americano está estreitamente interligado com a expansão dos países industrializados, e não pode ser analisado como categoria primária de um processo evolucionista. A partir do debate histórico das três tipologias propostas, e do prosseguimento de suas caracterizações nos modelos político-econômicos na contemporaneidade, determina-se que estas interpretações originais nas ciências sociais persistem e auxiliam no discernimento da política e da economia na América Latina.

A transformação do “desenvolvimento-dependente” em “desenvolvimento-autônomo” não funciona de modo espontâneo, sem nenhum esforço deliberado, sem nenhuma capacidade estatal. Para o pensamento social latino-americano, cabe a missão de repensar estas lições dos anos 1960, adequando-as ao tempo presente. Em outros termos, o desenvolvimento requer o ressurgimento da ideia de que é no plano político que há de romper-se o equilíbrio favorável à concentração de riqueza e desigualdade.

A categoria de desenvolvimento-dependente periférica é condicionante, mas não determinante na América do Sul; a região pode tornar-se agente com grau de autonomia para superação da dependência e do subdesenvolvimento, e não apenas um reflexo de inserção internacional definida pelo centro capitalista. Busca-se, portanto, horizontes de possibilidades de intervenções estatais que visem maior projeção soberana de poder internacional, arrefecimento do capital financeiro-especulativo e redução das desigualdades socioeconômicas estruturais na região.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A grande fragmentação na América Latina: Globalizados, Reticentes e Bolivarianos. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p.79-93, jan./jun. 2014.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 87-102.

AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. **Teoria da dependência? A problemática hoje.** 2012. 305 f. Tese (Doutorado) - Curso de Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** Florianópolis: Editora Insular, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p.17-48, jul./dez. 2010.

_____. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 2, p.237-265, abr./jun. 2016.

BUENO, Fábio Marvulle. Presente, passado e futuro do capitalismo brasileiro: o debate da obra de Ruy Mauro Marini. In: SEABRA, Raphael (Org.). **Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano.** Florianópolis: Insular, 2016. p.219-256.

CARCANHOLO, Marcelo. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SANTOS, Theotonio dos; SADER, Emir (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização.** Rio de Janeiro: Ed. Puc-rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 251-266

_____. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI.** Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 119-167.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

FRANK, Andre Gunder. **América Latina: subdesarrollo o revolución.** Ciudad de México: Ediciones Era, 1973.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, Editora S.a., 1970.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KAY, Cristóbal. Enfoques reformistas e marxistas da dependência. In: SEABRA, Raphael (Org.). **Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano.** Florianópolis: Insular, 2016. pp.157-218.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. IN: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. P.131-172.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 3ª Edição. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. In: SANTOS, Theotonio dos; SADER, Emir (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p.189-216

_____. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALÉNCIA, Adrián Sotelo. Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 7, p.115-130, 2001.

MUNTEAL, Oswaldo. Ser ou não ser subdesenvolvido: a dialética da dependência e a história do Brasil. In: SANTOS, Theotonio dos; SADER, Emir (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 317-332

OLIVA, Aloízio Mercadante. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo: Análise do Governo Lula**. 2010. 534 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Econômica, Universidade de Campinas, Campinas, 2010.

OSORIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: SANTOS, Theotonio dos; SADER, Emir (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 167-188.

_____. Marxismo latino-americano e a dependência. In: SEABRA, Raphael (Org.). **Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 105-136

OURIQUES, Nildo. Por uma teoria marxista da dependência. In: SEABRA, Raphael (Org.). **Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 137-156.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.

_____. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

RODRÍGUEZ, Pedro Pablo. **Martí e as duas Américas**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, Theotonio dos. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Imperialismo y dependencia.** Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

_____. **Socialismo o Fascismo.** Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.

TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso.** 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

VADELL, Javier Alberto; CARVALHO, Pedro Henrique Neves de. Neoliberalismo na América do Sul: A Reinvenção por Meio do Estado. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p.75-111, jan./jun. 2014.